

POLÍTICA

Constituinte

Recursos públicos para o Nordeste, leilões de gado, além de caixinhas dos empresários e coletas nas igrejas, são as táticas adotadas pelos candidatos a uma das 559 vagas da Assembléia.

JORNAL DA TARDE

ANC 88
 Pasta Junho/86
 102

A UDR aceita um grande desafio para novembro

A UDR (União Democrática Ruralista) e outras 40 entidades, que decidiram aceitar "o maior desafio para a propriedade privada e a livre empresa", esperam eleger pelo menos

51% dos membros da Assembléia Nacional Constituinte, segundo revelou, em Belém, o fazendeiro Plínio Junqueira. Coordenador nacional da UDR, Junqueira disse — em palestra feita anteontem à noite para produtores paraenses — que entre as 40 outras entidades envolvidas na articulação "há gente muito mais poderosa do que nós", mas que foi a UDR, com sua iniciativa, a partir da divulgação do anteprojeto do Plano Nacional de Reforma Agrária, quem despertou as demais. "Até agradecemos ao ex-ministro Nelson Ribeiro por nos ter prestado indiretamente este favor", acrescentou ele.

Junqueira acredita que a meta,

de fazer a maioria do colegiado encarregado de preparar a próxima Constituição será atingida, mas se perceber o contrário, a UDR planeja realizar "o maior leilão da História do Brasil", levando 10 mil cabeças de gado para serem arrematadas em Brasília, em outubro. Os leilões continuarão a ser, até lá, o mérito do adotado pela UDR para integrar o capital de cada uma de suas regionais: nove já foram criadas e outras 19 estão em fase de organização. A receptividade acima das expectativas levou inclusive os organizadores a decidirem instalar, no início do próximo mês, em Brasília, o órgão nacional.

O coordenador negou que o dinheiro arrecadado nos leilões esteja sendo ou venha a ser utilizado para financiar milícias privadas, que seriam usadas contra invasores de propriedades, como acusa a Comissão Pastoral da Terra, ou que a UDR pretenda entregar dinheiro a candidatos às próximas eleições. Para um auditório muito interessado na questão, Junqueira explicou como será a atuação das UDR nas eleições. Disse que cada regional convocará os candidatos para exporem suas idéias e plataformas a uma comissão de representação política da UDR local. "As exposições serão gravadas para fazermos a divulgação e cobrarmos os compromissos", explicou Junqueira, acrescentando que depois dessa exposição os candidatos farão palestras para grandes públicos, reunidos em promoções da UDR como churrascos, apresentações de artistas ou leilões. "Não daremos dinheiro algum, mas poderemos colaborar cedendo viaturas, oferecendo apoio logístico". Afirmou que os critérios básicos que um candidato precisará preencher para ser apoiado serão os de honestidade e sinceridade.

Metas

Atuar sobre a próxima Constituição e fazer leis de acordo com os interesses dos produtores rurais constituem as metas de longo prazo da UDR. Mas a entidade tem objetivos imediatos, que foram sendo apresentados desde o momento em que um grupo de produtores, à frente Junqueira, percebeu que a reforma agrária caminhava para repetir erros que ele próprio experimentara e sofrera no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, onde 19 fazendas foram desapropriadas pelo governo do Estado, "ilegal e arbitrariamente". Para os ouvintes, Junqueira destacou a campanha que a UDR tem sofrido da parte das esquerdas e da CPT, mas destacou que, se essa campanha ajudou a unir os produtores, já agora está sendo vencida, "porque estamos mostrando a nossa verdadeira face, de uma instituição legal, que crê na democracia". Ressaltou já ter tido contato com oito ministros e o presidente José Sarney. Manifestou a confiança na atuação das comissões agrárias, para algumas das quais a UDR conseguiu indicar representantes, "desde que garantida a paridade de participação".

Junqueira garantiu que a UDR vai continuar crescendo rapidamente, "porque temos o apoio do produtor rural", anunciando dois próximos leilões, no Pará e em Minas Gerais, com oito mil cabeças de gado no total. Mas ressaltou que a UDR, por enquanto, não pensa em tornar-se um partido político rural, admitindo, porém, que o quadro partidário mudará bastante depois da Constituinte. Acha ainda que, em pouco tempo, a UDR já conseguiu bons resultados. "As letras da UDR nas porteiras das fazendas já serviu para afastar os invasores", declarou Junqueira.

Lúcio Flávio de Faria Pinto

E o governo só pensa no seu forte bloco

(PMDB-PR), na solenidade de lançamento oficial do Projeto Constituição, que visa a permitir que a sociedade brasileira possa depositar no Congresso Nacional suas propostas e idéias a respeito da futura Carta Magna do País.

O projeto, idealizado pelo 1º secretário, pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo Centro de Informática e Processamento de Dados-Prodasen, permite que qualquer cidadão brasileiro, até mesmo pelo telefone (o número 156), possa oferecer sugestões aos futuros integrantes da Assembléia Nacional Constituinte. Durante a solenidade de lançamento, 24 constituintes de 1946 receberam a medalha comemorativa da Constituinte, cunhada pela Casa da Moeda.

Estratégia

A Constituinte será formada por 487 deputados federais e 72 senadores, perfazendo 559 integrantes. Pela emenda constitucional 26, promulgada em novembro do ano passado, os constituintes decidirão por maioria absoluta, isto é, a metade mais um do conjunto. Assim, 280 deputados e senadores bastarão para aprovar a nova Carta.

Com base nesses cálculos, a estratégia do Palácio do Planalto é de conseguir o apoio explícito e declarado de pelo menos 300 constituintes, imediatamente conhecidos os resultados das urnas de novembro. Acima e além dos partidos, ainda que a grande massa de

"A Constituição não é um dogma que só pode ser conhecido, estudado e praticado por sábios iluminados" — sustentou ontem em Brasília o 1º secretário do Senado, Enéas Faria

va provir do PMDB e do PFL, imaginando-se a criação desse bloco, em condições de assegurar votação e promulgação de um texto acorde com as necessidades nacionais.

O presidente José Sarney gostaria de contar com a colaboração dos partidos que formam a Aliança Democrática, mas não está fácil mobilizar PMDB e PFL para a tarefa, antes das eleições. Mesmo assim, haverá tempo, já que o governo encaminhará as sugestões da comissão e as suas em fevereiro, quando da instalação da Constituinte.

Em condições eleitorais normais, a experiência tem demonstrado uma renovação do Congresso nunca inferior a 50%, de uma legislatura para outra. Admitia-se, até pouco, que essa renovação fosse maior, de 60 e até 65%. Os ventos mudaram, no entanto. A quase totalidade dos atuais deputados e senadores cujos mandatos estão terminando dispõe-se a concorrer à reeleição. Prevê-se que pelo menos a metade deve voltar.

Há um ano, supunha-se que um candidato com dois bilhões de cruzeiros no bolso estivesse mais do que eleito. Mas agora não são poucos os postulantes que, ainda em junho, já ultrapassaram esse montante.

Poucas vezes na história do País tem-se registrado uma busca de recursos igual, geralmente junto a empresas e empresários, que até invertem a equação: fazem "caixinhas" regionais e as colocam à disposição dos candidatos afinados com seus interesses. Sindicatos fortes fazem o mesmo. A Igreja mobiliza tanto a ação dos padres quanto dinheiro vivo, coletado nas paróquias do Interior e das capitais.

Em uma terceira faixa corre o poder público. Aumentou desmesuradamente o uso da máquina estatal nos planos municipal, estadual e até federal, através de nomeações, concessões e contratos, especialmente no Nordeste.

Sem dúvida alguma, a voz das urnas chegará distorcida, embora seja prevista intensa participação da sociedade. E é isso que preocupa o Planalto. Sabe-se, contudo, que o principal propósito do chefe do governo é neutralizar a ação das esquerdas radicais através de plataformas reformistas em condições também de isolar a direita reacionária.

Em discussão, o judiciário e a Constituição.

O Poder Judiciário destaca-se na Constituição norte-americana e tem sido historicamente fonte de ricas experiências para o equilíbrio dos poderes. Esse o tema sobre o qual falará hoje o professor Covey T. Oliver, da Universidade da Pensilvânia no seminário

"Constituinte: a experiência americana e o processo brasileiro", promovido pela Universidade de São Paulo e pela Associação Alumini, que comemora 25 anos de intercâmbio cultural e acadêmico entre os dois países. O ciclo de debates, aberto ao público, está sendo realizado na Faculdade de

Direito, no Largo São Francisco, sempre a partir das 17 horas. O ministro José Carlos Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal, e que deverá substituir o presidente José Sarney em julho, quando ele viajar à Itália, participa dos debates, juntamente com o professor José Afonso da Silva, da USP.